

Consumidor é que paga

O Governo está terminando de preparar mais um pacote econômico. Um pacote de medidas que serão pagas, conforme admitem claramente técnicos do Ministério do Planejamento, pelo consumidor. O pão, em consequência dele, custará muito mais caro. Os derivados de petróleo — a gasolina, o gás de cozinha etc. — vão se distanciar do poder aquisitivo da classe média. Os alimentos, os produtos industriais e os serviços terão preços bem diferentes dos atuais.

Os técnicos lembram que o Governo, só o Governo, é o culpado pela situação do País frente ao Fundo Monetário Internacional: gastou mais que podia, e o Fundo por isso reprovou as contas apresentadas pelas autoridades econômicas. Ou seja, o consumidor é inocente. No caso.

No primeiro trimestre deste ano, o País, pelo acordo firmado com o Fundo, em 28 de fevereiro, não poderia apresentar um déficit público maior que 2,8 trilhões de cruzeiros. E esse déficit acabou em 3,5 trilhões de cruzeiros. O FMI não gostou. Não aprovou a condução das nossas finanças públicas. E, por isso, não liberou a segunda parcela — 410 milhões de dólares — de seu empréstimo ampliado ao Brasil (valor total de 5,8 bilhões de dólares).

O acordo, entretanto, continua em pé. Só que a situação agora é um pouco diferente. Urgentemente, o Brasil tem que atender às exigências estabelecidas no Acordo com o FMI. Por isso, o "pacotão" que vem aí, ao contrário da maior parte dos outros, é para valer. Acabaram-se as complacências.

Qual é o recheio do "pacotão"? Essa é uma das perguntas que mais se ouve nos últimos dias. Basicamente, as medidas econômicas que estão sendo estudadas no Ministério do Planejamento e no Ministério da Fazenda, e que serão levadas ao exame do Presidente Figueiredo contemplam um pesado ajuste do setor público; dos gastos que o Governo faz.

O Governo vai cortar gastos previstos nos orçamentos das estatais, monetário e da União. Isso quer dizer o seguinte: vai pintar "arrocho" para tudo que é lado. Até para o setor privado, que a horas vem sendo castigado por taxas de juros estratosféricas. É que a retração de recursos para o setor público afeta o nível de encomendas do setor privado. Reduz empregos. Desemprega.

O remédio, como se vê, é amargo. Mas terá que ser usado para quebrar as resistências do FMI, sempre muito atento à saúde econômica dos seus afilhados.

AS MEDIDAS

Sempre poupadas do rigor da atual crise econômica, as 353 maiores empresas estatais terão agora que se alinhar aos sacrifícios gerais. Os seus investimentos vão ser cortados em cerca de 6 por cento, isso em nível real. As despesas de custeio serão aparadas em 3 por cento. Os privilégios dos seus funcionários vão acabar: o Tesouro não agüenta mais o seu peso. Ou seja,

o Governo não pode continuar pagando aos seus funcionários mordomias como "adicional de assiduidade", verbas de representação, etc.

Técnicos do Ministério do Planejamento acreditam que só o corte nas mordomias vai gerar uma economia de 1,5 trilhão de cruzeiros.

Esse é o arrocho do lado do orçamento das empresas estatais. Vamos ver agora, o que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda querem sanear no orçamento monetário.

É aqui que o sapato vai apertar para o consumidor, o cidadão comum. Prepara-se uma "tesourada" nos subsídios ao crédito e ao consumo. Vamos trocar isso em miúdos. Subsídio é tudo aquilo que o Governo oferece a um custo abaixo do real. A diferença é coberta pelo Tesouro Nacional.

Pois bem. Há subsídios no crédito agrícola — juros mais baixos que os praticados no mercado normal; subsídios ao consumo do petróleo e do trigo. Nesses últimos casos, o Governo compra por um determinado preço e vende por um preço mais barato. Agora, as autoridades econômicas prometem que isso caminha para o fim. Ou seja, vai se procurar vender esses produtos pelos preços de compra.

Para começar, os derivados de petróleo nesses próximos dias sofrerão um aumento de cerca de 30 por cento; o trigo deverá subir uns 40 por cento. Com isso, o Governo começa a atender o que está prescrito na Carta de Intenções de seu acordo com o Fundo. Mas no outro lado da corda, a vida vai ficar muito mais cara para o consumidor, para a classe média brasileira.

O orçamento fiscal (ou da União) também deverá sofrer ajustes. Os gastos administrativos dos ministérios serão estancados. Ou seja, não serão mais permitidas compras de novos equipamentos, de aquisição ou reforma de imóveis, ou renovação de frotas de veículos. Há autoridades no Ministério do Planejamento, como o Secretário Central de Controle Interno, Fernando de Oliveira, que defende o fim do carro de representação, ou seja, do carro oficial com motorista e tudo servindo funcionário de segundo ou terceiro escalão do Governo.

Para completar o "pacotão", estuda-se a desindexação da economia. O assunto, entretanto, é muito complexo, e ontem o próprio ministro Delfim Netto negou que isso possa ocorrer.

Em todo o caso, é uma alternativa. E pode ser usada, porque, como lembram alguns técnicos do Governo, "os tempos estão bicudos". Basicamente, se pensa em expurgar do INPC e também da correção monetária a chamada inflação importada, aquela provocada por pressões de preços externos. Isso, entretanto, afetaria os salários e a caderneta de poupança, entre outras coisas. Por isso, o assunto vem sendo tratado de forma muito cautelosa.

E há, por fim, algumas correntes de opinião dentro do Ministério do Planejamento e da Fazenda favoráveis a uma maior tributação dos ganhos de capital. Essa proposta, entretanto, parece estar ainda muito verde.